



ÉRICA DE FÁTIMA DO COUTO

**SEGURANÇA PÚBLICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM OLHAR
PARA A ESCOLA RAUL BRASIL**

Santa Rita de Caldas

2021

ÉRICA DE FÁTIMA DO COUTO

**SEGURANÇA PÚBLICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM OLHAR
PARA A ESCOLA RAUL BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Dra. Larissa Carla Siqueira

Santa Rita de Caldas

2021

ÉRICA DE FÁTIMA DO COUTO

**SEGURANÇA PÚBLICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM OLHAR
PARA A ESCOLA RAUL BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em 25 de maio de 2021

Dr. Luiz Kennedy Machado - UFLA

Dra. Larissa Carla Siqueira
Orientadora

Santa Rita de Caldas
2021

RESUMO

Os atos de violência no ambiente escolar tornam-se preocupantes, uma vez que este ambiente deveria ser um local de construção do conhecimento. Os altos índices de violência nas escolas públicas brasileiras estão associados a negligência de políticas públicas educacionais. Diante destes índices objetiva-se no presente estudo a realização de uma análise que aborde as ações das políticas públicas educacionais diante dos constantes atos de violência vivenciados nas escolas brasileiras com o enfoque na Escola Raul Brasil. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, a partir do método dedutivo adotando-se de uma abordagem mista (qualitativa/quantitativa). Para atingir os objetivos propostos no trabalho, a busca por resultados foi realizada nas seguintes fontes: site do Ministério da Educação, página social da escola, sites jornalísticos e procura ativa em base de dados como Scielo e Google Acadêmico. Em análise ao site do Ministério da Educação, foi encontrado apenas algumas colocações diante do bullying. A escola e toda sua comunidade sofreram grandes impactos diante do massacre ocorrido em 13 maio de 2019, o que demandou não mais políticas públicas preventivas, mas sim de ações que minimizassem os impactos de violência ocasionados a toda comunidade. Entretanto, as bases oficiais não notificam o assunto. Foi possível encontrar respostas apenas em redes sociais da escola e por meio de fontes jornalísticas. A presente pesquisa apresentou fator limitante devido a falta de dados governamentais e devido a pesquisas acadêmicas sobre a temática, dessa forma, espera-se que a presente pesquisa propicie novos estudos e ações de políticas públicas que reduzam os atos de violência nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: Educação. *Bullying*. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Acts of violence in the school environment become a matter of concern, as this environment should be a place for building knowledge. The high rates of violence in Brazilian public schools are associated with the neglect of educational public policies. Given these indices, the objective of this study is to carry out an analysis that addresses the actions of public educational policies in the face of constant acts of violence experienced in Brazilian schools with a focus on Escola Raul Brasil. This is an exploratory research, based on the deductive method, adopting a mixed approach (qualitative/quantitative). To achieve the objectives proposed in the work, the search for results was carried out in the following sources: Ministry of Education website, school social page, journalistic websites and active search in databases such as Scielo and Google Academic. In an analysis of the Ministério da Educação website, only a few statements about bullying were found. The school and its entire community suffered great impacts due to the massacre that took place on May 13, 2019, which required no more preventive public policies, but actions that minimized the impacts of violence caused to the entire community. However, official bases do not notify the matter. It was possible to find answers only on the school's social networks and through journalistic sources. This research presented a limiting factor due to the lack of government data and due to academic research on the subject, thus, it is expected that this research will provide new studies and public policy actions that reduce acts of violence in Brazilian schools.

Keywords: Education. Bullying. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 Contextualização	07
1.2 Objetivos.....	09
1.2.2 Objetivo geral	09
1.2.2 Objetivos específicos.....	09
1.3 Justificativa.....	09
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 Violência.....	10
2.2 Violências nas escolas públicas.....	11
2.3 Políticas públicas educacionais	14
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 a educação é um direito de todos e de dever do Estado e da família, a mesma deve visar o desenvolvimento pleno do cidadão o preparando para a cidadania e qualificação do trabalho. Nesse sentido, ressalta-se a importância da escola para a sociedade na qual está inserida.

A educação e cidadania dessa forma, fazem parte de um vasto campo científico no país, principalmente no que diz respeito às vivências dentro dos espaços escolares. Contudo, Lamóglia, e Boneti (2018) destacam a necessidade de estudos que analisem a implantação de documentos legais e de que modo a relação entre educação e cidadania vem sendo institucionalizada historicamente. Os mesmos autores destacam ainda que esta necessidade de estudos se deve a uma lacuna aos poucos estudos que se baseiam nas legislações educacionais que visam a redução da violência nos espaços escolares.

Neste âmbito, observa-se que a violência se estabeleceu de certa forma em gestos e passos da sociedade atual, levando a indagação se ela é um fenômeno típico da atualidade ou se é um traço essencial que individualiza nosso tempo (Odalía, 2017). A violência não se caracteriza apenas por agressões físicas, ela pode ser manifestada por meio de agressões verbais, atos e psicológica.

De acordo com Silva (2017) é possível identificar um aumento significativo da violência em todas as esferas sociais brasileiras, inclusive a educacional a partir dos anos 2000. A comunidade escolar vem presenciando em seu cotidiano diversas manifestações e atos de violência (SILVA, 2019).

As ações de violência vêm comprometendo o processo educacional no país, inibindo a aquisição de valores de crianças e adolescentes ambiente escolar (Brasil, 1988; Tavares; Pietrobon, 2016). Atos de violência escolar recorrentemente são noticiados na mídia. (Heng; Leschied e Killip, 2009). Segundo Pietrobon (2016) tais atos passaram a ser as principais queixas de professores e gestores nas escolas públicas brasileiras.

Desde 2001 diversos atentados foram notificados em escolas brasileiras: Escola Estadual Coronel Benedito Ortiz, na cidade de Taiúva, estado de São Paulo (SP); Escola Municipal Tasso de Silveira, Realengo – Rio de Janeiro; Escola Municipal Professora Alcina Dantas Feijão, São Caetano do Sul, São Paulo; Escola Estadual Enéas Carvalho, João Pessoa, Paraíba; Colégio Estadual João Manoel Mondrone, Medianeira, Paraná; ganharam proporção

na grande mídia (O Globo Brasil, 2019).O último atentado que gerou ampla repercussão nacional e mundial foi o massacre ocorrido no dia 13 de março de 2019 na Escola Estadual Raul Brasil localizado na cidade de Suzano, São Paulo.

Segundo AbramOvay e Rua (2002), a violência escolar associa-se a três dimensões sociais organizacionais distintas, a primeira relaciona-se com a degradação no ambiente escolar, isto é, à grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. A segunda dimensão associa-se a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as torna sitiadas de forma a manifesta-se por intermédio da penetração das gangues, do tráfico de drogas e a terceira relaciona-se a um componente interno das escolas, específico de cada estabelecimento.

Nesta perspectiva, evidenciam-se as múltiplas facetas da violência do ambiente escolar, contudo, seja qual for sua associação, está refletirá na desestruturação do setor educacional e da sociedade de forma geral, uma vez que os atos de violência no referido ambiente podem provocar danos psicológicos como o desencadeamento de doenças psíquicas como síndrome do pânico e depressão (ABRAMOVAY E RUA, 2002),

Os atos de violência no ambiente escolar tornam-se preocupantes, uma vez que este ambiente deveria ser um local de construção do conhecimento, que proporcione aos seus alunos o desenvolvimento de habilidades e potencialidades que desperte seu senso crítico na formação de um cidadão que possa viver socialmente conhecendo seus deveres e seus direitos e não um local para a disseminação de comportamentos agressivos que comprometem o real papel da escola.

Neste contexto, pode-se observar que o alto índice de violência nas escolas públicas brasileiras está associado a negligência de políticas públicas educacionais diante dos expostos, uma vez que esta apresenta como características o ato constitutivo, emanado pelo Estado, a qual se indica a escolha estratégica de intervenção estatal para a solução de um problema público relevante e determinado, ou para o aproveitamento de oportunidades circunstanciais de melhoria do bem-estar da população (ALMEIDA et. al., 2017).

Dessa forma, faz-se de total importância a efetivação de políticas públicas educacionais de forma preventiva a fim de contribuir com a redução da violência nas escolas, propiciando assim um espaço harmonioso, que contribua com o desenvolvimento social do educando. Dessa forma, indaga-se quais medidas estão sendo tomadas a fim de se proporcionar um ambiente livre de violência na escola Raul Brasil?

1.2 Objetivos

1.2.2 Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo geral a realização de uma análise pesquisa que aborde as ações das políticas públicas educacionais diante dos constantes atos de violência vivenciados nas escolas brasileiras com o enfoque na Escola Raul Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

Especificamente pretende-se:

- a) Analisar as principais questões envolvidas na insegurança das escolas;
- b) Identificar o contexto histórico da Escola Estadual Raul Brasil e como estão sendo trabalhadas as políticas públicas na mesma após o massacre de 13 de março de 2019.

1.3 Justificativa

A crise educacional emerge trazendo os problemas sociais, políticos e tecnológicos. Segundo Vieira et al. (2019) em uma análise regional utilizando-se do cruzamento de dados de violência com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 46 escolas municipais de São José dos Campos nos anos de 2015 e 2017, 40 não atingiram as metas estabelecidas.

A violência nos espaços escolares, impactam negativamente ações sociais e abalam o psicológico da comunidade. Em uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação em 2017, constatou que aproximadamente 10% dos adolescentes das Regiões Sudeste e Nordeste já passaram pela experiência de ter a escola fechada devido a atos de violência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Diante do alto índice de violência no ambiente escolar e de repercussões na mídia, o presente trabalho justifica-se de modo a identificar como as políticas públicas educacionais vem sendo implantadas de forma preventiva a fim de minimizar atos de violência no ambiente escolar. E, como as mesmas vem sendo trabalhadas em situações nas quais ocorreram grandes atos de violência como na Escola Estadual Raul Brasil. Tais identificações e associações contribuem com a identificação de estratégias sociais que propicie um ambiente educacional saudável. Ressalva-se que ainda são poucos os trabalhos que trabalham tal temática, dos quais

estes em sua maioria são voltados para área jornalística, justificando-se assim a importância desta pesquisa exploratória.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesse item serão levantados assuntos relevantes que permeiam a importância das políticas públicas educacionais, além de caracterizar a violência e seus impactos nos espaços escolares.

2.1 Violência

O conceito de violência é ambíguo e amplo implicando diversos elementos e contextualizações teóricas. A terminologia da palavra provém de origem *latina* [*violentia*], que expressa o ato de violar *outrem* ou de se violar (Paviani, 2016). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade resultando em sofrimento, morte, dano psicológico ou privação.

Para Paviani (2016), a terminologia indica algo fora de seu estado normal, estando ligado à força, ao ímpeto, e ao comportamento deliberado produzindo danos físicos (ferimentos, tortura, morte) ou danos psíquicos (humilhações, ameaças, ofensas).

Segundo Dahlberg e Krug (2006), a definição proposta pela OMS contempla diversas definições sobre a vertente, incluindo o ato de injúria psicológica, privação e desenvolvimento precário. O que permite uma reflexão perante diversos estudos de que a violência não necessariamente produza apenas sofrimento e morte, mas que ela é capaz de impor um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo.

Dessa forma, o autor reflete que atos de violência contra mulheres, crianças e idosos, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não representam necessariamente ferimentos, incapacidade ou morte. Ressalta-se ainda que tais problemas podem ser observados de forma imediata ou após anos pós ato de violência.

Assim, a prática da violência expressa-se em atos contrários à liberdade e à vontade de alguém residindo sua dimensão moral e ética (Paviani, 2016).

Segundo Dahlberg e Krug (2006) atos de violência, provavelmente, sempre fizeram parte do contexto da história humana, seu impacto pode ser globalmente verificado por meio de diferentes formas.

2.2 Violências nas escolas públicas

Os atos de violência implantaram-se no contexto escolar, atingindo toda sua esfera (alunos, diretores, coordenadores e professores), evidenciando assim um fator agravante a sociedade, pois, geralmente tais atos advêm daqueles que mais necessitam do espaço escolar, os próprios alunos (LIMA, 2016).

Segundo Ristum (2010), as violências no ambiente escolar apresentam diferentes denominações em conformidade com sua natureza, podendo ser classificada em violência na escola (estabelecida nas relações sociais dentro desse espaço); violência da escola (violência simbólica estabelecida por meio de exclusão, discriminação e dominação pelo uso de poder) e violência contra a escola (desvalorização social da instituição escolar e da carreira docente).

Os atos de violência no ambiente escolar vêm aumentando nos últimos anos, tornando-se uma preocupação social, pois, tais atos provocam efeitos no desenvolvimento das vítimas e nos agressores (Giordani; Seffner; Dell'aglio, 2017). Neste sentido, Nesello et al. (2014) destacam o aumento da violência nos espaços escolares e ressaltam a importância de estudos que compreendam não só suas implicações no processo de integração de crianças e adolescentes à sociedade, mas que identifiquem a relação que apresenta com o fracasso de objetivos mais amplos da escola, como educar, ensinar e aprender.

Segundo Abramovay (2015), a escola não reproduz somente as violências correntes na sociedade, tendo também sua produção própria, com ordens, tipos e escalas diferentes, que se refletem nas ações cotidianas. Dessa forma, o autor ainda destaca que a medida em que se afasta a escola da condição de produtora de violência, perde-se a complexidade do problema, uma vez que a violência na escola é um fenômeno com muitas facetas que assume contornos em consequência de práticas que acontecem nas escolas, assim:

As microviolências podem passar despercebidas e são muitas vezes consideradas normais por todos. Entretanto, possuem um impacto importante na criação de um clima de insegurança. As agressões verbais, especialmente os xingamentos, consideradas microviolências, incivildades, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar e discussões, ocorrem muitas vezes por motivos banais ou ligados ao cotidiano da escola. Dentro de uma concepção ampla do fenômeno da violência e sua interferência no cotidiano escolar, microviolências são vistas efetivamente como violências, e são cada vez mais comuns (ABRAMOVAY, 2015 p 09).

Segundo Severnini e Firpo (2010), atos de violência no ambiente escolar reduzem em cerca de 0,47% a proficiência de seus alunos. A violência escolar também induz comportamentos nos agentes educacionais que vão contra os objetivos de melhorar a qualidade da educação e aumentar a frequência escolar. ~~O estudo de Severnini e Firpo (2009) identificou~~

~~que atos de violência nos espaços escolares reduzem cerca de 0,47% a proficiência do aluno. Acredito não ser necessário essa citação, visto que é o mesmo estudo citado acima.~~

As consequências da violência no ambiente escolar são inúmeras, dentre elas Abram Ovary e Ruas destacam a dificuldade de aprendizagem que por consequência afetara o rendimento escolar.

“As situações de violência comprometem o que deveria ser a identidade da escola lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, reconhecimento da diversidade e da herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas mesmas situações repercutem na aprendizagem e na qualidade do ensino” (ABRAMOVAY E RUA, 2002, p. 300).

Os autores Severnini e Firpo (2010), identificaram que os baixos índices de proficiência dos alunos em escolas com índices de violência também estão associados a alta rotatividade de professores durante o ano letivo o que segrega o aprendizado mesmo diante de um planejamento. Destaca-se ainda que esta rotatividade esteja também associada ao fato de professores não aguentarem as vivências de violência neste espaço.

Neste contexto, Jacob e Lefgren (2003) e Becker e Kassouf (2016), ressaltam ainda que a escola tem um papel impactante no contexto social de seus alunos, esta deve ser capaz de identificar indivíduos com tendência a apresentar comportamento violento, já que é nesse ambiente onde o aluno provavelmente manifeste tal comportamento. Tal identificação prévia, segundo os autores, contribui com ações de prevenção a agressividade dos alunos por meio do ensino e do monitoramento. Contudo Donohue e Siegelman (1994) destacam que a participação efetiva dos pais na vida educacional dos alunos pode prevenir e reduzir a criminalidade e a violência dentro das escolas.

De acordo com Becker e Kassouf (2012), o comportamento agressivo de alunos está fortemente associado à ocorrência de atos violentos na escola e ao comportamento violento por parte de professores. Tais identificações e atos de violência no ambiente escolar são realizadas por meio de questionários presentes no SAEB/Prova Brasil, sendo estes respondidos pelos gestores escolares em ocasião dos exames.

Outro agravante aos atos de violência no ambiente escolar está relacionado ao perfil do causador do ato de violência. Estudos evidenciam que existe grande risco de que este aluno continue a apresentar comportamento agressivo em sua idade adulta, o que refletirá em problemas sociais e econômicos, como a instabilidade de emprego e envolvimento com drogas. Dessa forma, observa-se por meio de estudos de caso que em sua maior parte jovens com problemas de comportamento tornam-se criminosos, o que não quer dizer necessariamente que um jovem com comportamento violento na escola se tornará um delinquente, porém é de se

esperar que um delinquente manifeste um comportamento violento na escola (BECKER E KASSOUF, 2012).

Alguns estudos identificaram que a violência nas escolas brasileiras está associada a duas vertentes no qual a primeira busca entender o comportamento do aluno por meio da sociabilidade, já que a violência é caracterizada como uma falha no processo civilizatório, o que reflete em práticas escolares inadequadas, marcadas por agressões e pequenos delitos. A segunda vertente analisa a violência na escola como uma extensão da violência da sociedade contemporânea, tendo como parâmetro que muitas escolas estão inseridas em áreas de tráfico de drogas e do crime organizado aumentando a disseminação do uso de drogas nestes espaços, fazendo com que as escolas deixem de ser áreas protegidas e passem a ser incorporadas à violência cotidiana da região (ABRAMOVAY E RUAS, 2002; BECKER E KASSOUF, 2016).

Segundo Abramovay (2015) quando as armas passam a ser inseridas dentro dos espaços escolares, pode-se evidenciar a presença de alunos que apresentam a necessidade da valorização da masculinidade, do poder e de atitudes viris, a fim de pregar a valorização do bandido como herói, ao qual muitos alunos associam poder e força.

O estudo de Vasconcelos et al. (2017), destaca que muitos atos de violência nestes espaços ocorrem após ações de *bullying*, uso de drogas nos banheiros e assédio sexual. Os autores destacam ainda que caso a escola não detenha de medidas preventivas e punitivas provavelmente os atos de violência reincidiram. De acordo com Brasil (2016) as escolas devem conscientizar seus alunos que ações de *bullying* são caracterizadas como atos de violência e que de acordo com a Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, classifica o *bullying* como uma intimidação sistemática, ou seja, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

Dessa forma, a escola deve deter-se de seu papel na identificação de alunos com tendência a comportamentos violentos, já que é nesse ambiente que a criança/adolescente provavelmente manifesta tal comportamento. Assim, a escola pode prevenir a agressividade destes alunos por meio do ensino e do monitoramento. Esta abordagem é denominada de "efeito capacitação" e deve ser estruturada para manter estes alunos fora das ruas minimizando na redução de atos violentos. Estudos ainda relatam que se os espaços escolares passam a apresentar atos de violência, a concentração dos estudantes aumenta a probabilidade dos conflitos agressivos, tendo em vista que a escola proporciona a concentração geográfica dos alunos e aumenta a interação entre eles. Relação denominada de "efeito concentração" (JACOB E LEFGREN, 2003; BECKER E KASSOUF, 2016).

Segundo Amorim et al. (2016), os atos de violência nos espaços escolares advêm de causas como transferência do papel dos pais na educação de seus filhos, acarretando um acúmulo de funções por parte do educador; a falta ou deficiência de políticas públicas, resultando na incapacidade por parte da equipe pedagógica diante às situações mais graves como a participação dos alunos no tráfico de entorpecentes e o fácil acesso a armas de fogo. Os autores destacam ainda que mais de 70% dos adolescentes das escolas do país já presenciaram situações de violência (agressões físicas e verbais) entre os alunos, e mais de 30% já se envolveu em brigas.

De acordo com a Agência Brasil (2019), em pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva e pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) cerca de 54% dos professores já sofreram algum tipo de violência nas escolas, mostrando um crescimento dos atos de violência, uma vez que em 2017 este índice era de 51%. Entre os estudantes 37% já sofreram algum tipo de violência, tal índice apresentou um declínio quando comparado ao ano de 2017 no qual o índice foi de 39%.

A socióloga Miriam Abram Oway, especialista em violências nas escolas, salienta que este alto índice de violência está associado a falta de pesquisas diante destas ações, a socióloga ainda destaca que para muitos, principalmente para as instituições governamentais é como se o tema não se mostrasse prioritário, é como se a violência não tivesse impacto no ensino, no aprendizado e no cotidiano da escola. Miriam ainda destaca que a escola deve prestar atenção a jovens que andam isolados e que a violência nos espaços escolares é de responsabilidade coletiva (JORNAL O GLOBO, 2019).

2.3 Políticas públicas educacionais

Os direitos humanos passaram a ganhar destaque no Brasil a partir da criação de políticas públicas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, sendo esta conhecida como “*constituição cidadã*”. (CANDAU E SAAVEDRA, 2003).

Diante do contexto histórico em âmbito federativo, destaca-se os direitos adquiridos pela sociedade frente ao seu contexto educacional por meio de ações amparadas por uma legislação que aponta para a proteção integral a crianças e adolescentes, destacando-se a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) (BRASIL, 1990).

Roseli Fischmann em seu trabalho “Constituição brasileira, direitos humanos e Educação”, trata de aspectos estruturais da relação entre documentos jurídicos, analisando

alguns pontos para reflexão de interesse específico para a educação. Dessa forma a autora apresenta a internacionalização dos direitos humanos, como um movimento que se dá no sentido de expandir, cada vez mais, tudo que permita que, no mundo, cada vez mais seres humanos possam viver em condições dignas, garantindo o primado de que sejam todas e todos livres e iguais. Analisando ainda a internalização??, como a forma como que os direitos humanos se relacionam e se impregnam nos direitos reconhecidos e positivados em nível nacional educacional (FISCHMANN, 2009).

Espera-se que por meio da legislação referida que a escola pública seja para todos e com qualidade. Assim, para alcançar estes objetivos, a escola deve cumprir com os objetivos propostos na Constituição Federal (Art. 205 - visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho), políticas públicas são lançadas, como forma de fazer com que o comando legal atinja o seu objetivo (FERREIRA E DE BARROS, 2015).

Nesta perspectiva, a definição de “Política pública” prove de origem grega e latina, Política (do grego, *politikó*), exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, e pública (do latim, *pólis*) apresenta significado povo, do povo (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Figueiredo (2017), as políticas públicas educacionais, visam em sua maioria a inovação do ensino, na busca de mudanças de paradigmas de ensino e aprendizagem, práticas pedagógicas, reformas curriculares, formas de avaliação, bem como toda a organização do tempo e do espaço escolares. O autor ainda salienta que estas mudanças são alicerçadas pelo desejo dos educadores em impulsionar o processo de democratização do ensino, atendimento à demanda de novos saberes e busca pela qualidade do ensino.

Para melhor determinação de ações as políticas públicas são categorizadas em conformidade com as necessidades e direitos do cidadão frente a constituição. Desta forma o presente trabalho reflete sobre políticas públicas educacionais, Oliveira (2010) define estas s como:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010 p. 4).

Para que uma política pública seja implementada esta deve passar por um conjunto de etapas (Tabela 1) não seria Quadro? que visam atender às demandas e interesses da sociedade.

Tabela 1: Etapas da elaboração e implantação de políticas públicas

Preparação da decisão política	O governo decide enfrentar um determinado problema e buscar algum tipo de solução para uma situação que produz privação, necessidade ou não satisfação. O problema existe? O Governo deve se envolver nesse problema? De que maneira?
Agenda setting	A formação da agenda. Nesse momento, o problema tornar-se uma questão política, isto é, adquire <i>status</i> de problema público e as decisões sobre esse problema resultarão, efetivamente no desenho de políticas ou programas que deverão ser implementados
Formulação	Na formulação das políticas públicas, a discussão passa a girar em torno do desenvolvimento de cursos de ações aceitáveis e pertinentes para lidar com um determinado problema público. A construção da solução para um determinado problema implica, em primeiro lugar, a realização de um diagnóstico. Para que o programa/político saia do papel, é preciso interpretar o ambiente para planejar/organizar as ações, decidir sobre quais os benefícios/serviços que se pretende implementar, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação.
Implementação	Em resumo significa a aplicação da política pela máquina burocrática do Governo. Trata-se do momento de preparação para colocar as ações de Governo em prática.
Monitoramento	Como as agências administrativas afetam e conferem conteúdo às políticas adotadas, há necessidade de se realizar uma avaliação pontual das ações de Governo referentes ao impacto da implementação.
Avaliação	Por fim, a atividade de avaliação de resultados da política/programa concentra-se nos efeitos gerados.

Fonte: Ferreira, De Barros (2015).

Ao analisar estas etapas evidencia-se o aumento dos índices de violência nos espaços escolares está associado a falhas principalmente nas etapas de implementação e monitoramento das ações. Qual a base para essa afirmação? Se for baseado em algum autor você deve citá-lo, e se for com base no seu conhecimento e você “imagina” que as falhas ocorrem nessas etapas, deixar isso mais evidente.

Frente ao alto índice de violência nas escolas públicas brasileiras, Andreas (2019); salienta que os formuladores de políticas públicas priorizam de certa forma ações que são mais emergenciais em relação ao que é importante, mesmo que este último inclua a educação, uma vez que este é um investimento no futuro bem-estar da sociedade.

O Plano Nacional de Educação é a política pública mais atual, que visa a melhoria da educação no país, estando esta política pública amparada na Constituição Federal (Ferreira E De Barros, 2015). Este plano assim destaca:

Criação de mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental (Estratégia 2.3); fortalecimento, acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o

sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (Estratégia 2.4) (PNE, 2017 p. 20).

Vale destacar que o mesmo documento apresenta metas a serem atingidas pelas escolas, mas não demanda de especificações do trabalho a ser realizado frente aos índices de violência nas escolas.

Segundo Ramos et al. (2018) as políticas públicas educacionais permeiam de uma ideia à prática do desenho da política, muito deve ser avaliado e discutido diante de sua implementação. Somando-se aos desafios desta as diferenças de regionalidades, bem como as crescentes desigualdades socioeconômicas da população.

Segundo Souza (2003), as pesquisas acadêmicas devem concentrar esforços na identificação de variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas, visando assim uma análise crítica dos sucessos ou fracassos das políticas públicas para um estágio em que se priorize o entendimento destes resultados. A autora ainda destaca que não existe clareza sobre quem formula as nossas políticas públicas e como elas são implantadas.

3 METODOLOGIA

De acordo com Sousa e Borges (2016) o processo de desenvolvimento metodológico caracteriza-se como a ideia de uma prática de pesquisa para a realização de estudos em diferentes aspectos. Para uma fundamentação teórica coerente, deve-se utilizar estudos de autores que, de certa forma, discorram sobre o estudo indagado, no intuito de empregar a metodologia mais adequada.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, a partir do método dedutivo adotando-se de uma abordagem mista (qualitativa/quantitativa). Diante da abordagem escolhida Marconi e Lakatos (2003), destacam que este tipo de pesquisa permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, uma vez que este ainda é pouco explorado. O trabalho visou a identificação de casos numéricos de violência nas escolas nos últimos anos, apresentando caráter descritivo, no qual as variáveis foram observadas, registradas e correlacionadas, no decorrer do estudo (CERVO et al., 1980).

A primeira etapa da pesquisa foi caracterizada pelo levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados de fonte primária e secundária: *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando-se o cruzamento dos descritores: violência

and_escolas_and_políticas públicas. Diante da pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2003, p.158) definem esta como: Especificar o período temporal delimitado nessa busca.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A segunda etapa desta pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa visa a realização de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil et al., 2002). Dessa forma, será realizada uma investigação por meio de sites de buscas, página social da escola e gestão escolar a fim de identificar as estratégias que existiam na escola antes e após os atos de violência vivenciados pela comunidade escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atingir os objetivos propostos no trabalho, a busca por resultados foi realizada nas seguintes fontes: site do Ministério da Educação, página social da escola, sites jornalísticos e procura ativa em base de dados como *Scielo* e Google Acadêmico.

O levantamento realizado no site do Ministério da Educação não traz os índices de violência nas escolas públicas brasileiras. Foi encontrado apenas uma reportagem realizada pelas Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (Cipave) do Rio Grande do Sul (Tabela 2), cujos resultados trazem um comparativo dos índices de violência nos anos de 2017 e 2018 nas escolas do Rio Grande do Sul. Os dados obtidos evidenciam um maior índice de violência relacionados a indisciplina, seguido de violência física e *bullying*. Esses números são as quantidades de ocorrências registradas? Sugiro deixar isso mais explícito.

Tabela 2: Violência escolar nos anos de 2017 e 2018.

Tipo de violência	2017	2018
<i>Bullying</i>	2452	1192
Depredações, pichações e vandalismo	869	345
Assaltos na entrada ou saída das escolas	166	80
Arrombamentos e/ou furtos	242	136
Agressão física a professores e/ou funcionários	139	113
Racismo	955	47
Violência física entre alunos	3257	2168
Tráfico, posse ou uso de drogas	284	112
Indisciplina	9569	6475

Fonte: Brasil 2019.

Era esperado encontrar índices estatísticos e materiais relacionados a políticas públicas educacionais no referido site, uma vez que este é a fonte primordial de educação no país. Portanto, é possível identificar negligenciamento de informações no site do Ministério da Educação.

No site foi observado uma matéria que demarca o dia nacional da prevenção contra o *bullying*. A data foi criada por meio da lei de nº 13.277, de 29 de abril de 2016, data ao qual marca o “aniversário” da tragédia do Realengo ocorrido na escola Municipal Tasso da Silveira na cidade do Realengo, Rio de Janeiro. O aluno Wellington Menezes de Oliveira, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, invadiu uma sala de aula e atirou contra os discentes, matando 11 deles, no ano de 2011. Após o massacre Wellington se suicidou.

Segundo Carvalho; Moreira e Teles (2017), as legislações brasileiras apresentam um caráter preventivo em relação ao combate ao *bullying*, na qual as Secretarias de Educação desenvolvem ações que alertam e conscientizam pais e alunos por meio de debates e palestras. Estas mesmas ações preventivas são vistas e empregadas em estados norte-americanos e alguns países europeus.

Na Finlândia um dos países com maior índice de qualidade na educação (Carvalho; Moreira e Teles, 2017), os atos de *bullying* são enquadrados como (dolo) no qual há intimidação persistente e intencional. Diante das legislações impostas pelo país o agressor pode ser punido com pagamento de multa até restrição de liberdade. Outro ponto importante a ser destacado sobre o país refere-se ao fato de que escolas com registro de violência são enquadradas em processos judiciais por negligência a ações preventivas (CARVALHO; MOREIRA E TELES, 2017),

Mesmo com a criação de datas comemorativas e ações preventivas a redução da violência não vem ocorrendo de maneira efetiva, evidenciando a necessidade de melhores implantações das políticas públicas educacionais.

Sete anos após este atentado, novamente o Brasil se viu paralisado diante de atos violentos em espaços educacionais. No dia 13 de março de 2019, um adolescente e um homem encapuzados atacaram a Escola Estadual Raul Brasil, na cidade de Suzano, interior de São Paulo (G1, 2019).

Após análise no site do Ministério da Educação, foi realizado uma busca por informações nas páginas sociais da escola, nas quais foram evidenciadas postagens de revitalização dos espaços internos da escola (Figura 1). A escola busca por meio de imagens

trazer reflexões referente a importância da união de alunos e professores. Contudo, destaca-se que projetos sociais também devem ser desenvolvidos pela comunidade escolar a fim de se minimizar as ações de *bullying* e conseqüentemente atos de violência.

Figura 1: Imagem de revitalização da escola.



Fonte: <https://www.facebook.com/eeRaulBrasil/> citar fonte segundo normas da Ufla

Outro ponto que merece destaque na página social da escola refere-se à publicação realizada pela escola no dia 14 de setembro de 2020, Figura 2. A escola faz um apelo à comunidade no preenchimento de um abaixo assinado visando a continuidade do atendimento psicológico a alunos e professores após o massacre.

Figura 2: Apelo a continuidade do atendimento psicológico



Fonte: <https://www.facebook.com/eeRaulBrasil/>.

Após o massacre 35 psicólogos foram contratados a fim de prestarem atendimentos clínicos a comunidade escolar. Contudo, o governo lançou uma nota de interrompimento dos serviços.

Segundo Costa Dionísio; Maros e Fosencas Matos (2020), o atendimento psicológico nas escolas vem se mostrando uma ferramenta precisa no combate ao *bullying* e a atos de violência, uma vez que são identificados danos psicológicos que muitas vezes passam despercebidos pelo gestor e pela própria família. Dessa forma, evidencia-se a importância destes profissionais nos espaços escolares como forma de prevenção a atos de violência.

Nesta perspectiva, destaca-se que a interrupção deste atendimento na comunidade escolar Raul Brasil, possa vir a causar novos atos de violência na mesma, tendo em vista a negligência social e possíveis danos psicológicos de adolescentes que estavam presentes no dia do massacre.

Em uma reportagem no portal R7, na qual a mãe do autor do crime retratou que seu filho Guilherme Tauci sofria *bullying*, levando-o ao abandono dos estudos. Nesta perspectiva, Reis et al., (2020) destacam que o aluno que sofre *bullying* pode sofrer diversos transtornos de saúde, desencadeando tendências suicidas, problemas mentais e acessos de ira.

Nas bases de buscas Scielo e Google Acadêmico foi obtido publicações voltadas para cobertura jornalística da tragédia (Rabelo, 2019; Freitas e Santos Gonçalves, 2020). Ambos trabalhos evidenciam o sensacionalismo das mídias. Freitas e Santos Gonçalves (2020) destaca

que a imprensa dissemina sentidos acerca da violência, interferindo nas representações, as quais orientam as práticas sociais. Os autores destacam ainda a necessidade de diálogos sobre como a comunidade escolar está lidando com sentimentos de insegurança e o sofrimento psíquico, buscando soluções coletivas e de políticas públicas para atos de violência em espaços escolares.

Nesta perspectiva, observa-se que os estudos e relatos apresentados quase não abordam estratégias de políticas públicas educacionais. Principalmente em relação aos órgãos governamentais e as instituições de ensino que deveriam priorizar estratégias de mitigação de atos de violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa foi possível identificar a negligência acerca de políticas públicas brasileiras em relação a atos de violência nas escolas públicas brasileiras, visto que o ato de violência pode ser manifestado de diferentes formas (físicas, verbais e ações).

Em análise ao site do Ministério da Educação, foi encontrado apenas algumas colocações diante do *bullying*. Vale destacar que práticas de *bullying* podem promover outros atos de violência, contudo observa-se uma necessidade de políticas públicas mais atuantes em relação a atos de violência. Em relação a Escola Estadual Raul Brasil, não foi encontrado dados na presente fonte.

A escola e toda sua comunidade sofreram grandes impactos diante do massacre ocorrido em 13 maio de 2019, o que demandou não mais políticas públicas preventivas, mas sim de ações que minimizassem os impactos de violência ocasionados a toda comunidade. Entretanto, as bases oficiais não notificam o assunto. Foi possível encontrar respostas apenas em redes sociais da escola e por meio de fontes jornalísticas.

A comunidade escolar vem lutando contra o corte de sessões psicológicas que estão prestes a ser encerradas de acordo com a Secretaria Estadual de Educação. Diante dos fatos citados acima é possível concluir que o país precisa de políticas públicas mais efetivas diante da temática abordada, visando a prevenção efetiva de atos de violência.

A presente pesquisa apresentou fator limitante devido a falta de dados governamentais e devido a pesquisas acadêmicas sobre a temática, dessa forma, espera-se que a presente pesquisa propicie novos estudos e ações de políticas públicas que reduzam os atos de violência nas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rever formatação das referências, algumas não estão seguindo as normas da Ufla.

ABRAMOVAY, Mi; RUAS, M. G. Violência nas escolas. In: **Violência nas escolas**. 2002.

ABRAMOVAY, Miriam. **Programa de prevenção à violência nas escolas: violência nas escolas**. 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Violência contra **professores e alunos cresce na rede pública paulista**. 2019. [internet]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contra-professores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>. Acesso em 12 de maio de 2020.

ALMEIDA, L. L. et al. Categorias institucionais das políticas de saúde no Brasil(1990-2017). **Cadernos Ibero-Americanos De Direito Sanitário**, v. 6, n. 2,p. 78–94, 2017.

AMORIM, A.O et al. Violência nas escolas: causas e consequências da falta de respeito. **Revista De Trabalhos Acadêmicos-Universo Recife**, v. 3, n. 2, 2016.

ANDREAS, S. **Primeira Classe Como construir uma escola de qualidade para o século XXI: Como construir uma escola de qualidade para o século XXI**. OECD Publishing, 2019.

BECKER, K.L; KASSOUF, A.L. Violência nas escolas: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Anais do XL Encontro Nacional de Economia**, 2012.

BECKER, K.L; KASSOUF, A.L. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos e o ambiente escolar. **Nova Economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em 21 de outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Especialistas indicam formas de combate a atos de intimidação. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32777-violencia>. Acesso em 13 de maio de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Rio Grande do Sul reduz em 65% a violência nas escolas do estado**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/74691-rio-grande-do-sul-reduz-em-65-a-violencia-nas-escolas-do-estado-2>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

CANDAU, V.M; SAAVEDRA, A. **Somos tod@siguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. DP&A Editora, 2003.

CARVALHO, Lélia Júlia; MOREIRA, Denise Bastos; TELES, Claudia Alves. Políticas públicas de combate ao bullying no âmbito escolar: estratégias de enfrentamento no Brasil, Estados Unidos, Finlândia, Espanha e Portugal. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 34-45, 2017.

CERVO, Amado Luiz et al. **Metodologia científica**. 1980.

DA COSTA DIONÍSIO, Marcos André; MAROS, SchandaRonize; FONSECA MATOS, Emanuelle Oliveira. O bullying e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem de alunos do ensino fundamental. **Revista Educação & Ensino**, v. 4, n. 1, 2020.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência&SaúdeColetiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006.

DONOHUE, J. J.; SIEGELMAN, P. **Is the United States at the optimal rate of crime?** American Bar Foundation, 1994.

FERREIRA, L.A.M; BARROS, N. F.M. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2015.

FISCHMANN, R. Constituciónbrasileña, derechos humanos y educación. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 156-167, 2009.

FREITAS, Mariana Müller; DOS SANTOS GONÇALVES, Camila. Violência e Representações Sociais: Discursos Jornalísticos sobre Tiroteio em Escola. **PSI UNISC**, v. 4, n. 2, p. 99-113, 2020.

GIORDANI, J.P; SEFFNER, F; DELL'AGLIO, D.D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 103-111, 2017.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

G1. **Dupla ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida**. 2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

HENG, C.L; LESCHIED, A; KILLIP, S. Violence in schools: Examiningthedifferentialimpactofschoolclimateonstudent'scopingability. **Education Law Journal**, v. 19, p. 95, 2009.

JACOB, B.A.; LEFGREN, L. Are idlehandsthedevil's workshop? Incapacitation, concentration, andjuvenile crime. **American EconomicReview**, v. 93, n. 5, p. 1560-1577, 2003.

JORNAL O GLOBO. **“Violência em escolas é responsabilidade coletiva”**, diz socióloga em evento para educadores em SP. 2019. [Internet]. Disponível em:<http://flacso.org.br/?p=23617>. Acesso em 13 de maio de 2020.

LAMÓGLIA, F.B; BONETI, L.W. O preceito da cidadania nas políticas públicas educacionais no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 5, n. 10, p. 57-79, 2018.

LIMA, E.C. Violência na escola: consequências no ensino de aprendizagem e proposta de intervenção. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa debate os impactos da violência urbana nas escolas**. 2017. [INTERNET]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/53891-programa-debate-os-impactos-da-violencia-urbana-nas-escolas>. Acessado em: 06 de abril de 2020.

NESELLO, F. et al. Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 14, n. 2, p. 119-136, 2014.

ODALIA, N. O que é violência. **Brasiliense**, 2017. Volume 85. Coleção Primeiros Passos. eBookKindle. 79p.

O GLOBO BRASIL. **Ataques em escolas no Brasil**. 2019 [internet]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ataques-em-escolas-no-brasil-23517782>. Acessado em 10 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologia e política**, v. 1, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

PAVIANI J. **Conceitos e formas de violência** [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2017. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acessado em 06 de abril de 2020.

RABELO, João Pedro Alves Cintra et al. **A cobertura da tragédia de Suzano: entre humanização e sensacionalismo**. 2019. 171f. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Jornalismo. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

RAMOS, A.G.T.M. et al., **Políticas públicas educacionais: mediações entre sociedade e sistemas educacionais**. Juiz de Fora: Projeto CAEd, Fapepe/JF, 2018. 170p.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. **Assis SG, Constantino P, Avanci JQ, organizadoras. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-93, 2010.

REIS, Katarina Pereira et al. A percepção dos praticantes de bullying na escola. **Educação (UFMS)**, v. 45, p. 77-1-27, 2020.

SEVERNINI, E; FIRPO, S.P. The relationship between school violence and student proficiency. 2010. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/>> Acesso em: 10 mai. 2020.

SILVA, A. M. **Uma reflexão sobre violências na escola: alternativas para preveni-las e combatê-las**. 2017. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

SILVA, L. M. **Violência escolar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Curso de Pedagogia. Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia. 2019.

SEVERNINI, E; FIRPO, S.P. The relationship between school violence and student proficiency. 2009. **Textos para discussão**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. 2009. [Acredito não ser necessário essa citação, visto que é o mesmo estudo do ano posterior.](#)

SOUZA, C. " Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

TAVARES, P. A; PIETROBOM, F. C. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 46, n. 2, p. 471-498, 2016.

VASCONCELOS, I.C. O. Aprender a conviver, sem violência: o que dá e não dá certo? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 97, p. 897-917, 2017.

VIEIRA, E.T. et al. VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP (2014-2018). **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.